

## EDITORIAL

“Sei lá! Diversão!” é assim que uma das três adolescentes que praticavam assaltos no centro de São Paulo responde quando o repórter que cobria a ação da polícia militar para prendê-las pergunta o que motivou os assaltos por elas cometidos.

Entre uma aula e outra, alunos e professores se encontram no pátio do prédio da instituição, um espaço de convivência onde estão algumas cadeiras, mesas, uma lanchonete e o aparelho essencial para o entretenimento na era da reprodutibilidade técnica: a televisão. Naquela tarde, o noticiário exibiu a entrevista das três jovens da cidade de São Paulo presas por assaltos a mão armada. O apresentador estava “possuído”, e se indignava pelo fato do Congresso Nacional não aprovar logo a redução da maioridade penal. “Vão deixar soltas umas... umas...” faltava-lhe a palavra exata para “enquadrar” as três. Se ele pudesse, ele as rasgaria a dentadas! “Isso é um absurdo! É um absurdo!”, repetia andando de um lado pro outro, furioso. “Umas... umas”, ele continuava, “...marginais dessas aí que, muitas vezes, tiram a vida de um pai-de-família, de um trabalhador!”. Era essa a linha “argumentativa” – premeditada e apelativamente emotiva – que o apresentador adotava com o intuito de vencer o debate, ainda que não tivesse razão.

Pensemos um pouco no fato: que tipo de sociedade não oferece aos seus jovens, aos quais se negam a dignidade pela não efetivação de seus direitos, outra “opção de diversão” que não seja a de assaltar ou a de matar alguém?

É fácil culpar, criminalizar, pré-julgar, dizendo que elas é que não prestam. E, do mesmo modo, vê-las a partir de um ponto de vista moral, como uma questão de caráter, pois “são esses jovens de hoje em dia que

não querem nada com a vida!!!”, como diz em coro o senso comum. A sociedade meritocrática, alimentada pela “mediocracia” é categórica: “a culpa é delas!”. A sociedade mérito-midiocrática que alimenta e é alimentada pela desigualdade social tem dessas coisas: quando não convém, a culpa é do indivíduo, quando convém, o mérito é coletivo. Trespasar o discurso majoritário do senso comum tem sido atitude cada vez mais rara. Parar e refletir um pouco a respeito do que tudo isso significa, mais raro ainda nos dias de hoje, em que o geral dedica à reflexão só o tempo de um cigarro ou de um cafezinho, e quando dedica!

A revista *Fórum*, de abril de 2013, publicou entrevista com o ex-candidato a prefeito do Rio de Janeiro em 2012, o deputado estadual Marcelo Freixo. Contando a respeito do início de sua militância na área de Direitos Humanos, ele cita uma experiência que teve no Presídio Edgard Costa (RJ). Em visita ao presídio, ele teria perguntado a seu assessor, “Olha pro pátio, o que você vê?”, ao que seu assessor teria respondido “É... tá cheio!”. “Mas cheio de quê?”, Marcelo Freixo teria insistido. Eram jovens, cada vez mais jovens, “todos negros ou pardos, pobres e de baixa escolaridade” diz ele na entrevista, “é a pena de morte social consolidada, são pessoas excluídas há muito mais tempo”, e continua, “se pegarmos o número de homicídios no Brasil nos últimos anos, você vai ver que o de brancos diminuiu, e o de negros aumentou, consideravelmente. Então, há um processo, hoje, de genocídio da população jovem, negra e pobre no Brasil. Os números são de genocídio, e esses homicídios têm cor e endereço” (*Fórum*, nº 121, ano 12, abril de 2013, p. 28).

Estamos vivendo uma época em que os nossos valores, nossos propósitos, nossa própria humanidade são

questionados a todo momento pela indústria do consumo e pela mentalidade do acúmulo de capital independente dos meios. Uma época em que temos que reaprender quase tudo o que podíamos jurar com uma certeza universal ser a mais pura verdade. Novos sujeitos apareceram com novas versões da realidade e novas formas de viver e ver o mundo. Vozes se levantaram e se levantam lutando por Direitos e contra os mais diversos tipos de opressão, contra a maior de todas as opressões: a de ter que ser “normal”.

Começamos questionando, a partir de Maio de 1968, o que é ser Normal. A partir daí, a “normalidade”, assemelhada à “normatividade”, passou a ser minada por vários discursos advindos das minorias históricas que eram (e que ainda são) a maior parte da população. “Ser diferente” passou a ser, mais que uma questão de moda, mais que uma questão de discurso mercadológico, a substância de que a vida é feita; e a “diferença” passou a ser uma questão de Direito.

É nesse princípio que se baseiam os novos direitos. Segundo o filósofo e jurista Norberto Bobbio (*A Era dos Direitos*, 1992), os “Novos Direitos” são uma multiplicação de direitos decorrentes de três causas: 1) o aumento da quantidade de bens entendidos como merecedores de tutela; 2) a extensão de direitos típicos do homem a seres não humanos; e 3) a consideração do homem não mais como ser genérico ou como abstração, mas sim como existência concreta sob diversas maneiras de ser em sociedade (“criança”, “adolescente”, “idoso”, “mulher”, “homossexual”, “transgênero”, “pessoas com deficiência”, “quilombola”, “índio”, “trabalhador”, “consumidor” etc.). Assim, os chamados “Novos Direitos” relacionam-se aos Direitos Humanos, Direito das Minorias, Direito das pessoas com deficiência, Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Idoso, Direito do Consumidor, Direito Ambiental, Direito Transnacional, Instrumentos de Efetivação, Tutela de Bens, Inovações Científicas, Inovações Tecnológicas, Biodireito, Biotecnologia, Biodiversidade, Realidade Virtual, dentre outros temas que sejam contemplados pelo conceito de “Novos Direitos”, conforme a discussão teórico-metodológica e sócio-jurídica concernentes ao fato da multiplicação de direitos em decorrência das transformações da vida social do século XX ao século XXI.

Daqui, parte a proposta da nova edição da *Scientia*: pensar a diversidade como um direito individual e coletivo em nossa sociedade.

É a primeira vez que publicamos uma edição com um dossiê temático. Em nossos dois primeiros números, preocupamo-nos com a organização das edições por âmbito de conhecimento ligando sempre o periódico às áreas que a *Faculdade Luciano Feijão* abrange. Dessa vez, procuramos o desafio de demonstrar os diversos pontos de vista acerca do tema da “Diversidade”. O resultado é esta edição histórica que marca, inclusive, uma diversificação com relação aos dois números anteriores: além de ter um dossiê temático, traz uma nova seção: a seção de Resumos Expandidos – através da qual a Faculdade presta contas à sociedade dos projetos de pesquisa, extensão e grupos de estudos que vem desenvolvendo. Além dessas, a nova edição ainda vem publicando artigos acerca de temas gerais fora do dossiê temático, mas sempre pertinentes e atuais.

Assim, esperamos, sinceramente, que os leitores e leitoras apreciem a nova edição, e que ela cumpra sua missão de provocar o pensar reflexivo sobre o mundo e o tempo em que vivemos, para além do tempo de um cigarro, para além do tempo de um café.